



CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
ESTADO DE MINAS GERAIS
República Federativa do Brasil

Projeto de Lei

Projeto de Decreto Legislativo Nº 00836/2019

CONCEDE DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO ESCRITÓRIO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR – ESAJUP PELOS 50 ANOS DE ATUAÇÃO

A Câmara Municipal de Uberlândia APROVA:

Art. 1º - Fica concedido Diploma de Honra ao Mérito ao Escritório de Assessoria Jurídica Popular pelos 50 anos de atuação.

Art. 2º - A outorga do Diploma dar-se-á em sessão solene, na sede do Poder Legislativo, ou fora dela, em data a ser marcada pela empresa homenageada, após comunicação feita pela Câmara.

Art. 3º - Fica o Presidente da Câmara autorizado a utilizar os recursos previstos no orçamento do Legislativo para atender às despesas com a solenidade.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

Ver. Adriano Zago
Vereador

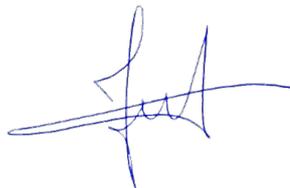
Ver. Felipe Felps
Vereador

Justificativa:

Em 2019, o ESAJUP completa 50 anos de atuação em Uberlândia, e gostaríamos de prestar essa singela e merecida homenagem. Segue anexado um breve histórico sobre este órgão.



Ver. Adriano Zago
Vereador



Ver. Felipe Felps
Vereador

50 ANOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Após a graduação da segunda turma no ano de 1968, em primeiro de setembro de 1969 foi fundada a **Assistência Judiciária** vinculada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, com o propósito de sanar o problema da ausência de formação prática. Em seu berço a **ASJUD** não foi pensada como instituição de ensino como veio mais tarde transforma-se, a priori buscava-se atender as exigências da Lei 5.544 de 1968 que deu ensejo à Reforma Universitária, sendo um de seus objetivos privilegiar a formação profissional aliada a formação teórica.

Contudo, por ação da direção da Faculdade de Direito, também, em 1969, surgiu a Assistência Judiciária, à época departamento ligada à Faculdade de Direito de Uberlândia, desde sua criação e instalação, dois objetivos forma concebidos, quais sejam os de proporcionar aos acadêmicos de Direito a necessária vivência das lides forenses, ensejando sua formação profissionalização consciente, e suprir as necessidades da comunidade de escassos recursos financeiros, no sentido de possibilitar o acesso a Justiça sem quaisquer ônus. (Relatório de Atividades do ano de 1981).

As atividades da Assistência Judiciária iniciam-se em 01 de setembro de 1969, inicialmente na Av. João Pinheiro, 565, próximo à sede da Faculdade de Direito, contava com a colaboração da advogada Dinah F. de Carvalho e com o número de apenas 05 (cinco) alunos, estudantes do 5º ano, devidamente inscritos como estagiários na Ordem dos Advogados do Brasil, conforme narrado pela professora, por meio de relatório de atividades à direção em 18 de dezembro de 1969. Contando com a orientação de Dinah os estagiários propuseram 35 ações e foram resolvidos 36 conflitos amigavelmente em apenas quatro meses.

As atividades desenvolvidas na ASJUD no período citado possuíam um caráter pragmático e consistiam basicamente em atendimento ao público pelos alunos e confecção de peças processuais, ou seja, tratava-se apenas do que se denominava prática forense.

Com o passar do tempo a criação da Assessoria Jurídica como órgão suplementar, nos termos do inciso VIII, do § 2º, do art. 4º, do Decreto Federal 7.233/10, ampliou os parâmetros considerados para matriz de distribuição e para alocação de

recursos do Ministério da Educação para a Universidade Federal de Uberlândia, solução para fonte de custeio do órgão.

E em novembro de 2010, com a aprovação da Resolução número 44/2010 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, aprovou a revisão do projeto pedagógico da Faculdade de Direito, mudando a ASJUD para ESAJUP - **Escritório de Assessoria Jurídica Popular**, que passou a ter um perfil de empoderamento daqueles que procuram a entidade, com uma base paradigmática totalmente nova.

Entretanto é necessário mais um passo, ou seja, de ESAJUP para um Centro de Referência em Direitos Humanos, o que requer, ampliar para um perfil transdisciplinar, incluindo o serviço social e a psicologia, bem como um caráter formativo com ações de educação em Direitos Humanos, utilizando, além das técnicas tradicionais, a arte como instrumento de formação em Direitos Humanos.

O que propõe mais um passo no caminho de ASJUD, ESAJUP e agora Centro de Referência em Direitos Humanos para o estágio e extensão da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

CONTENCIOSO – Responsável pelos processos judiciais das pessoas que não podem arcar com o custo de advogados, causas como pedido de medicamentos, vagas em hospitais, creches, inventários, divórcios, pessoas superendividadas. Tramitando atualmente em torno de 1.000 processos.

CONCILIAÇÃO – Em parceria com o TJMG, o ESAJUP é um posto pré processual, e realiza conciliações que já permitem a homologação judicial via CEJUSC, sem a necessidade de ações, em especial nas áreas de negociações de dívidas e familiares, realizando em média 15 acordos por semana.

CRIMINAL (PENAL) – Atende pessoas que precisem de assistência jurídica na área criminal, para acompanhar o processo, realizar as audiências, dentre outras atividades.

ACOLHIDAS – Esse projeto atende alunas, professoras e técnicas da UFU que passam por assédio sexual e realiza educação jurídica no tema.

ASSESSORIA COLETIVA – Esse projeto atende coletivos de pessoas que se

encontrem em situação irregular de moradia, buscando a regularização, através de parcerias com o Ministério Público e outros órgão, bem como outras demandas coletivas como saúde e educação. Já conseguiu cooperar com os bairros Marielza e Bela Vista, que juntos passam de 500 famílias.

ASSESSORIA JURÍDICA ÉTNICO RACIAL – Esse projeto atende pessoas e comunidades vítimas de racismo ou injúria racial, bem como realizar educação jurídica para reduzir tais práticas.

CLÍNICA DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO – Esse projeto, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, busca levantar casos regionais de trabalho escravo e produzir e disseminar educação jurídica para combater a ocorrência.

LIGARE – Esse projeto visa a educação empresarial para otimizar recursos e relações humanas, dentro do cumprimento das normas jurídicas.

LIVRE – Esse projeto trabalha com a família de encarcerados ou ex encarcerados, buscando parcerias para a ressocialização e discutindo os problemas enfrentados por eles.

SOMOS – Esse projeto atende a comunidade GLBTT em casos de homofobia, transfobia, uniões e casamentos homoafetivos, retificação de registros de pessoas trans.

TODAS POR ELA – Esse projeto atende mulheres vítimas de violência, acompanhando processos, e por meio de várias parcerias acolhendo de inúmeras formas essas mulheres. O projeto também realiza educação jurídica na cidade para o combate à violência contra a mulher. Já atendeu em menos de 3 anos, mais de 200 mulheres.